



Cepam

Ampliação do Aeroporto de Salvador é discutida no Cepam

O termo de referência para elaboração de EIA-RIMA visando a implantação de nova pista no Aeroporto Internacional Luis Eduardo Magalhães, mais conhecido como Aeroporto Dois de Julho, foi novamente discutido na reunião do mês de julho do Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia – Cepam, após ter sido aprovado por unanimidade na reunião de maio. Esta nova pista seria construída dentro da APA – Área de Proteção Ambiental - do Abaeté, comprometendo irreversivelmente as dunas mais preservadas da área. A alternativa locacional a ser estudada visa a construção de novo aeroporto em outro local.

A Infraero argumenta que não cabe a ela executar esse tipo de estudo e sim à ANAC ou Ministério da Defesa. Segundo a empresa, a nova pista seria fundamental para a operação do aeroporto, que já se encontra com sua capacidade esgotada, desde o ano passado, quando recebeu mais de 7 milhões de turistas, ao invés dos 6 milhões para o qual foi projetado (Fonte: Infraero). Este dado, entretanto, precisaria ser melhor avaliado, por exemplo, por uma instituição pública independente.

Nessa mesma reunião de maio, foi apresentada uma carta da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé, localizado a cerca de 50km de Salvador, que disponibilizava uma área, como alternativa locacional, para implantação de um novo aeroporto no município. Mas, mesmo assim, na reunião de junho, o pedido da Infraero de mudança do Termo de Referência foi votado e aprovado, numa votação apertada, 9 votos (Poder Público e Setor Empresarial) contra 8 votos (sociedade civil). Em reportagem do jornal A Tarde do dia 25 de julho deste ano, o técnico da Casa Civil, Sr. Álvaro Lemos Brito ressalta que a questão ambiental é o entrave para reforma do aeroporto, já que a

ampliação está prevista para avançar sobre a área de dunas e por isso está acontecendo um atraso no licenciamento ambiental.

Como taxar de entrave a necessidade de conservação de “uma lagoa escura arrodada de areia branca” que é um dos cartões de visita de Salvador, que atrai os possíveis usuários desse mesmo aeroporto? Esse “entrave” ao qual o Sr. Álvaro se refere já é discutido há mais de 25 anos. A campanha Abaeterna, uma das primeiras realizadas pelo Grupo Ambientalista da Bahia, logo no início da década de 1980, lutava pela preservação das dunas e lagoas do Abaeté, que resguarda o maior remanescente de restinga do município de Salvador. Até quando a questão ambiental será vista como “entrave”, ao invés de ser considerada como um fator indispensável ao bem-estar de todos nós na manutenção do clima, das belezas e riquezas da biodiversidade?

Urânio

Caetité recebe a Missão da Plataforma Dhesca

Em abril de 2009, a Associação Movimento Paulo Jackson, solicitou à Plataforma Dhesca – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - a realização de uma Missão no município de Caetité para verificação da realidade vivenciada pela população que mora no entorno da mineradora que explora e beneficia urânio na Região.

Atendendo a essa solicitação, foi realizada a Missão da Plataforma Dhesca Brasil entre os dias 27 a 29 de julho de 2010, em Caetité. Nos dias 27 e 29, foram feitas visitas às comunidades residentes no entorno da mineradora. Estiveram presentes a relatora do Direito Humano ao Meio Ambiente da Missão Dhesca Brasil, Marijane Lisboa, a sua assessora, Cecília Melo, acompanhados, entre outras lideranças locais, do coordenador executivo do Gambá, Renato Cunha e de Zoraide Vilas Boas, da Associação Movimento Paulo Jackson.

No dia 28 de julho de 2010, no auditório da UNEB, aconteceram palestras sobre “A importância da informação nas lutas pela saúde coletiva” e “Saúde Ambiental e Trabalho no Brasil” e no turno da tarde, aconteceu uma audiência pública promovida pelo Ministério Público Estadual, Núcleo São Francisco, promotora Luciana Khoury, que

contou com diversos depoimentos da população das comunidades que moram no entorno da mineradora.

Os principais problemas identificados pela Missão foram:

- Conflito do uso da água: a qualidade questionada pelo Greenpeace e Ingá em 2009, com identificação de poços contaminados; e a escassez, pelo controle e uso exacerbado por parte da mineradora e do outro lado a necessidade da população para consumo, produção agrícola e pecuária;
- Falta de postos de atendimento para tratamento de câncer, doença corriqueira na população local devido à exposição ao material radioativo da mineradora. Em Caetité não há apoio nem estrutura para tratamento. Atualmente os pacientes são levados para Vitória da Conquista, Salvador ou São Paulo. Mais de 30% das mortes não tem a causa *mortis* identificada e o condicionante do Ibama, desde a primeira licença ambiental concedida em 2000, para realização de estudo epidemiológico, nunca foi cumprido;
- Falta de informação da população sobre a qualidade da água consumida e dos alimentos produzidos. Na época da denúncia feita pelo Greenpeace, da contaminação da água de alguns poços de consumo da população, houve uma crise no comércio de alimentos produzidos na região, pois ninguém queria adquirir alimento radioativo.

Agora é esperar que o relatório da Missão da Plataforma Dhesca Brasil seja finalizado e enviado para as instâncias governamentais tomarem ciência da situação e possam ter sugestões de ações para que os problemas sejam resolvidos e esse conflito entre exploração de urânio e população local seja contornado.

Plataforma Dhesca Brasil – Articulação nacional de movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (os Dhesca), visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia. Seu objetivo geral é contribuir na construção e fortalecimento de uma cultura de direitos, incidindo na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais.